



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR

Guia para Gestores Escolares



APRESENTAÇÃO

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco – SINEPE-PE representa as instituições privadas de educação básica em todo o território pernambucano, atuando na defesa da qualidade da educação, no fortalecimento da gestão educacional e na promoção de iniciativas voltadas ao desenvolvimento das escolas.

Ao longo de sua trajetória, o SINEPE-PE tem buscado apoiar permanentemente as instituições de ensino filiadas por meio de ações de formação, orientação técnica, produção de conteúdos institucionais e articulação com os diversos atores do sistema educacional.



Entre os temas que vêm ganhando crescente relevância no debate educacional contemporâneo, destaca-se a educação especial inclusiva. A ampliação do acesso de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e diferentes perfis de aprendizagem às escolas regulares representa um avanço significativo na garantia do direito à educação, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios à organização pedagógica das instituições de ensino.

Nesse contexto, as escolas são chamadas a desenvolver práticas educacionais capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula, promovendo ambientes de aprendizagem inclusivos, seguros e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Com o objetivo de contribuir para esse processo, o SINEPE-PE apresenta o Guia de Educação Especial Inclusiva e Gestão Escolar, uma publicação destinada a apoiar gestores na organização de práticas pedagógicas, administrativas e institucionais, bem como na condução responsável de situações que demandem atenção específica da equipe escolar. O material reúne reflexões pedagógicas, fundamentos legais, protocolos institucionais e instrumentos de gestão, oferecendo subsídios para a tomada de decisões equilibradas e alinhadas à legislação educacional com foco na educação especial inclusiva.

Ao disponibilizar este material, o SINEPE-PE reafirma seu compromisso com o fortalecimento das instituições de ensino e com a promoção de uma educação cada vez mais qualificada em nosso estado.

Esperamos, pois, que este material possa contribuir para o fortalecimento do trabalho desenvolvido pelas escolas pernambucanas e para a consolidação de ambientes educacionais cada vez mais inclusivos, respeitosos e comprometidos com o desenvolvimento humano.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO



1.1 A transformação do conceito de inclusão

Nas últimas décadas, o debate sobre educação especial inclusiva tem ocupado posição central nas políticas educacionais em diferentes países. Esse movimento resulta de transformações sociais, culturais e jurídicas que passaram a reconhecer a diversidade humana como elemento constitutivo das sociedades contemporâneas.

Historicamente, estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais eram frequentemente encaminhados para instituições especializadas ou para modalidades de ensino segregadas. Esse modelo, baseado na separação entre estudantes considerados “típicos” e aqueles que apresentavam algum tipo de diferença ou dificuldade, refletia uma concepção educacional centrada na homogeneidade dos processos de aprendizagem.

A partir do final do século XX, no entanto, começou a se consolidar um novo paradigma educacional. Esse paradigma parte do reconhecimento de que as diferenças entre os estudantes fazem parte da própria condição humana e devem ser consideradas na organização das práticas pedagógicas e das instituições de ensino.

Nesse contexto, a educação especial inclusiva passa a ser compreendida não apenas como a presença física de estudantes com deficiência na escola regular, mas como um processo mais amplo de transformação institucional, pedagógica e cultural, destinado a garantir que todos os estudantes possam participar efetivamente da vida escolar e desenvolver suas potencialidades.

Assim, a inclusão deixa de ser entendida como uma medida excepcional e passa a integrar o próprio conceito de educação de qualidade.

1.2 Diversidade e aprendizagem na escola contemporânea

A escola contemporânea é um espaço marcado pela diversidade. Nas salas de aula convivem estudantes com diferentes histórias de vida, ritmos de aprendizagem, contextos culturais e características individuais próprias.

Essa diversidade não se limita às condições relacionadas à deficiência ou aos transtornos do desenvolvimento. Ela inclui também diferenças socioeconômicas, culturais, linguísticas, cognitivas e emocionais.

Diante dessa realidade, torna-se cada vez mais evidente que os modelos pedagógicos baseados em padrões rígidos e homogêneos de ensino tendem a se mostrar insuficientes para atender às necessidades educacionais de todos os estudantes.

A educação especial inclusiva propõe, portanto, uma mudança na forma como o processo educativo é concebido. Em vez de esperar que todos os estudantes se adaptem a um único modelo pedagógico, a escola é chamada a desenvolver estratégias didáticas mais flexíveis, capazes de reconhecer e valorizar os diferentes modos de aprender.

Essa perspectiva envolve, entre outros aspectos:

- Diversificação das metodologias de ensino;
- Utilização de diferentes recursos pedagógicos;
- Valorização do trabalho colaborativo entre professores;
- Acompanhamento mais próximo do desenvolvimento dos estudantes.

Nesse sentido, a inclusão não deve ser compreendida apenas como uma política direcionada a um grupo específico de estudantes, mas como uma abordagem educacional que beneficia toda a comunidade escolar.

1.3 O papel da gestão escolar na promoção da inclusão

A consolidação de práticas educacionais inclusivas depende, em grande medida, da atuação da gestão escolar. Diretores, equipes gestoras e técnicas desempenham papel fundamental na organização das condições institucionais que tornam possível a educação especial inclusiva. Eis alguns pontos que devem estar necessariamente nesse processo:

- A construção de uma cultura institucional comprometida com a valorização da diversidade;
- A promoção da formação continuada dos profissionais da educação;
- O acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes;
- O fortalecimento do diálogo com as famílias;
- A articulação com profissionais e serviços especializados.

Além disso, a gestão escolar é responsável por organizar procedimentos institucionais que orientem a atuação da escola diante de situações que possam exigir atenção pedagógica especial, garantindo que as decisões adotadas sejam fundamentadas, transparentes e alinhadas com a legislação educacional.



1.4 Inclusão, responsabilidade institucional e segurança escolar

A promoção da educação especial inclusiva não significa ignorar os desafios que podem surgir no cotidiano das escolas. Em determinadas situações, o comportamento de um estudante ou determinadas circunstâncias podem demandar acompanhamento pedagógico mais estruturado ou medidas institucionais específicas.



Nesses casos, a escola deve buscar soluções que conciliem dois princípios igualmente relevantes:

- O direito do estudante à educação;
- A segurança e o bem-estar da comunidade escolar.

Essa conciliação exige atuação cuidadosa, baseada em princípios pedagógicos, diálogo com as famílias e observância da legislação educacional.

A construção de protocolos institucionais, registros pedagógicos adequados e procedimentos de acompanhamento contribui para que a escola possa lidar com essas situações de forma responsável e equilibrada.

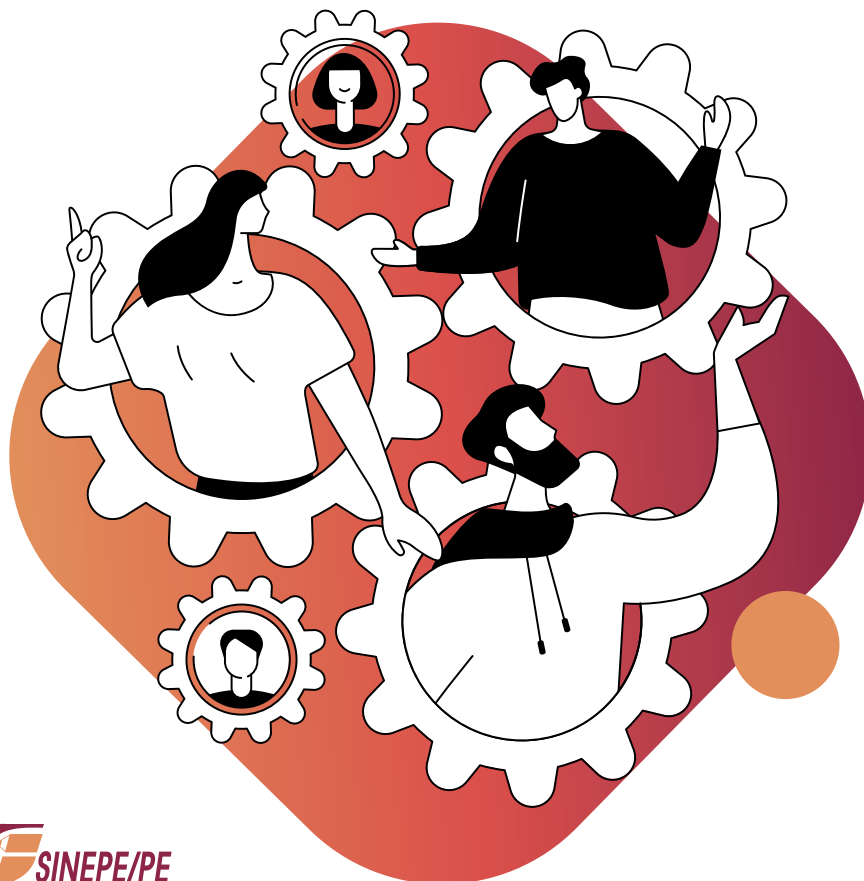
1.5 A importância de instrumentos institucionais de gestão

Um dos elementos centrais para a consolidação de práticas educacionais inclusivas é a organização de instrumentos institucionais que auxiliem a escola na condução das situações que emergem no cotidiano escolar.

Entre esses instrumentos destacam-se:

- Registros pedagógicos sistemáticos;
- Plano de Atendimento Educacional da Escola (PAEE);
- Plano Educacional Individualizado (PEI);
- Reuniões estruturadas com famílias;
- Protocolos de gestão de situações de risco;
- Fluxos institucionais de tomada de decisão.

Esses instrumentos contribuem para garantir maior clareza nas ações da escola, favorecer a comunicação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo e fortalecer a segurança institucional na tomada de decisões.



1.6 Objetivos deste guia

O presente guia foi elaborado com o propósito de apoiar gestores escolares na organização de práticas institucionais voltadas à promoção da educação inclusiva e à gestão responsável de situações que possam exigir atenção especial da equipe escolar.

Entre os objetivos desta publicação destacam-se:

- Oferecer referências pedagógicas sobre educação especial inclusiva;
- Apresentar fundamentos legais que orientam a atuação das instituições de ensino;
- Propor protocolos institucionais para a condução de situações sensíveis;
- Disponibilizar modelos de documentos que auxiliem na organização dos registros pedagógicos;
- Contribuir para o fortalecimento da gestão escolar diante dos desafios da inclusão.

Mais do que um conjunto de orientações normativas, este guia busca constituir-se como instrumento de reflexão e apoio à tomada de decisões, contribuindo para que as escolas possam construir ambientes educacionais cada vez mais inclusivos, seguros e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes.

A consolidação da educação especial inclusiva no sistema educacional brasileiro tem trazido uma série de desafios para as instituições de ensino, tanto no setor público quanto no setor privado.

Entre os principais desafios destacam-se:

2.1 Organização pedagógica

As escolas precisam desenvolver estratégias de ensino capazes de responder às diferentes necessidades educacionais presentes nas salas de aula. Isso envolve planejamento pedagógico diferenciado, uso de recursos pedagógicos variados e acompanhamento sistemático dos estudantes.

2.2 Formação de professores

A formação inicial dos profissionais da educação nem sempre contempla, de forma suficiente, os temas relacionados à educação especial inclusiva. Por essa razão, torna-se fundamental investir em processos de formação continuada que ampliem as competências pedagógicas das equipes escolares.

2.3 Articulação com profissionais especializados

Em muitos casos, o acompanhamento educacional dos estudantes exige diálogo com profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A articulação entre escola e profissionais especializados pode contribuir para a construção de estratégias educacionais mais adequadas às necessidades dos estudantes.

2.4 Organização pedagógica

A parceria entre escola e família desempenha papel fundamental no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. O diálogo transparente e a construção de estratégias conjuntas são elementos essenciais para o sucesso das práticas especiais inclusivas.

2.5 Gestão de situações complexas

Em determinadas circunstâncias, o comportamento de um estudante ou determinadas condições de desenvolvimento podem gerar situações que exigem acompanhamento institucional mais estruturado. Nesses casos, a escola precisa dispor de protocolos claros que orientem a atuação da equipe pedagógica.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a construção de práticas especiais inclusivas depende de uma atuação articulada entre diferentes atores sociais, incluindo famílias, sistemas de ensino, profissionais da educação e serviços de apoio especializados.

A inclusão escolar, portanto, deve ser compreendida como um processo coletivo, que exige cooperação, planejamento institucional e compromisso permanente com o direito à educação.



2.6 A importância de protocolos institucionais

Diante da complexidade do cenário educacional contemporâneo, torna-se cada vez mais relevante que as instituições de ensino desenvolvam protocolos institucionais claros para orientar a atuação da equipe pedagógica.

Esses protocolos contribuem para:

- Organizar a atuação da escola diante de situações que demandem atenção especial;
- Promover maior clareza nas decisões institucionais;
- Fortalecer a segurança pedagógica e jurídica das instituições;
- Garantir transparência na comunicação com as famílias.

Entre os instrumentos institucionais que podem auxiliar nesse processo destacam-se:

- Registros pedagógicos estruturados;
- Planos de acompanhamento educacional;
- Reuniões formais com responsáveis;
- Fluxos institucionais de decisão;
- Protocolos de intervenção pedagógica.

A organização desses instrumentos contribui para que a escola possa atuar de forma mais consistente diante dos desafios especiais da inclusão, garantindo ao mesmo tempo o direito à educação do estudante e a segurança da comunidade escolar.



2.7 A importância de protocolos institucionais

A construção de ações especiais inclusivas na educação não depende apenas de iniciativas individuais de professores ou gestores. Ela exige um compromisso institucional mais amplo, capaz de mobilizar toda a comunidade escolar em torno do reconhecimento da diversidade e da promoção do direito à educação.

Nesse sentido, a educação especial inclusiva deve ser incorporada ao projeto pedagógico da escola, orientando decisões relacionadas à organização curricular, à formação de professores, ao acompanhamento dos estudantes e à relação com as famílias.

Quando incorporada como princípio institucional, ela deixa de ser percebida como uma exigência externa e passa a integrar o próprio projeto educativo da escola.

3.1 Fundamentos constitucionais da educação inclusiva

O marco jurídico da educação inclusiva no Brasil encontra seu fundamento principal na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade.

O artigo 205 da Constituição dispõe que a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No campo específico da educação especial, o artigo 208 estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse dispositivo constitucional consolidou um princípio fundamental da política educacional brasileira: a escolarização de estudantes com deficiência deve ocorrer, em princípio, no ambiente comum da escola regular, com os apoios pedagógicos necessários para assegurar sua participação e aprendizagem.



3.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) constitui o principal instrumento de organização do sistema educacional brasileiro.

Nos artigos 58 a 60, a LDB estabelece as diretrizes da educação especial, definindo-a como uma modalidade de educação escolar destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A legislação determina que essa modalidade deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo aos estudantes os recursos e serviços necessários para sua plena participação no processo educativo.

Entre as medidas previstas pela LDB destacam-se:

- A oferta de serviços de apoio especializado;
- A disponibilização de recursos pedagógicos específicos;
- A organização curricular adequada às necessidades dos estudantes;
- A formação de professores com qualificação para atuar na educação especial. Ao estabelecer essas diretrizes, a LDB reafirma o compromisso do sistema educacional brasileiro com a promoção da inclusão escolar.

3.3 A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Um dos marcos mais importantes da legislação brasileira sobre inclusão é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A lei consolida o paradigma da inclusão social e estabelece um conjunto abrangente de direitos destinados a garantir a participação plena das pessoas com deficiência na vida social.

No campo da educação, a legislação determina que o poder público e as instituições de ensino devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino.

Entre os principais dispositivos relacionados à educação destacam-se:

- A garantia de acesso e permanência na escola regular;
- A oferta de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva;
- A disponibilização de profissionais de apoio escolar quando necessário;
- A formação e capacitação dos profissionais da educação para práticas inclusivas;
- A proibição de cobrança de valores adicionais por parte das instituições privadas em razão da deficiência do estudante.

Esse último ponto possui especial relevância para as escolas privadas, pois reforça o princípio de que a inclusão escolar constitui direito fundamental do estudante e não pode ser condicionada ao pagamento de taxas ou valores adicionais.

3.4 A legislação sobre o Transtorno do Espectro Autista

No campo específico dos transtornos do desenvolvimento, destaca-se a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

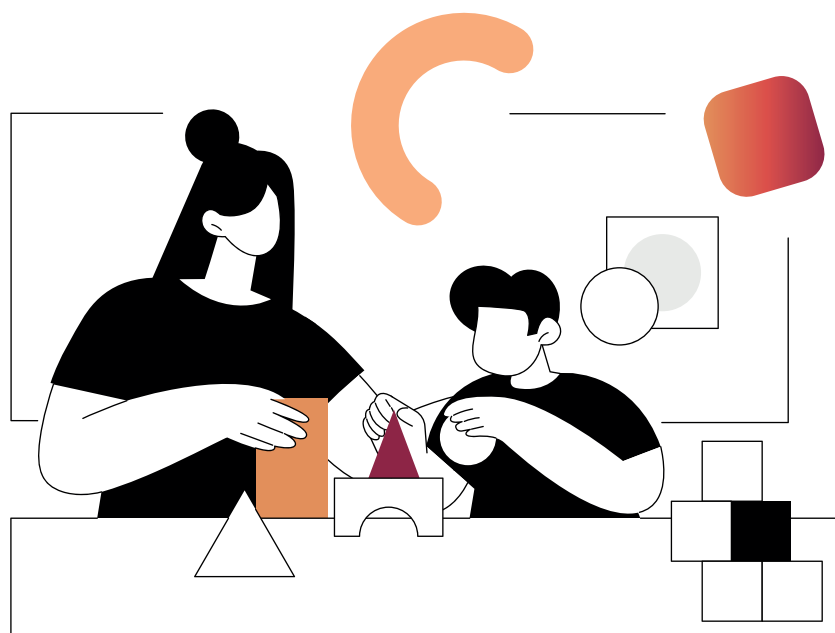
Essa legislação reconhece a pessoa com Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo acesso às políticas públicas voltadas à inclusão social e educacional.

Entre os direitos assegurados pela norma destacam-se:

- Acesso à educação e à inclusão escolar;
- Estímulo à formação e capacitação de profissionais para o atendimento adequado;
- Acesso a serviços de saúde e assistência social.

Posteriormente, a Lei nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo Mion, instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), instrumento destinado a facilitar o acesso dessas pessoas aos serviços públicos e a garantia de seus direitos.

O Decreto 12.686/2025 estabelece que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência para fins da Política Nacional da Educação Inclusiva.



3.5 A educação especial e o atendimento educacional especializado

A organização da educação especial no Brasil também é regulamentada por normas infralegais que detalham a implementação das políticas públicas educacionais.

Entre essas normas destaca-se o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O AEE – Atendimento Educacional Especializado – tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência no processo educativo.

Esse atendimento não substitui a escolarização regular, mas atua de forma complementar ou suplementar, buscando oferecer condições adequadas para o desenvolvimento do estudante.

O decreto estabelece ainda que o AEE deve ocorrer de forma articulada com o ensino regular, garantindo que as estratégias pedagógicas estejam alinhadas com o processo de aprendizagem do estudante.

Na perspectiva especial inclusiva, os professores da sala comum do ensino regular devem articular-se com o professor que exerce o serviço de AEE, para o atendimento adequado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

É importante destacar, pois, que o AEE é uma atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização de estudante com deficiência.

São atribuições do professor que exerce o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- Elaborar e executar o Plano do Atendimento Educacional Especializado (PAEE) em articulação com os professores do ensino de classes comuns, equipe técnico-pedagógica e a administração da instituição de ensino;
- Atuar em colaboração com o professor da classe comum no planejamento, na adaptação de metodologias e na avaliação do processo de ensino e aprendizagem com a função de prover as necessidades específicas do aluno.
- Elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) obrigatório para acompanhamento de desenvolvimento e aprendizagem do estudante público-alvo da educação especial inclusiva;
- O PEI deve ser construído com base na história de vida do estudante através do Estudo de Caso, com metodologia de produção, sistematização e registro de informações da família, bem como de observações da equipe escolar sobre cada estudante no dia a dia da escola.

3.6 Transtornos de aprendizagem e apoio educacional

Outra norma relevante é a Lei nº 14.254/2021, que trata do acompanhamento integral de estudantes com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e outros transtornos de aprendizagem.

Essa lei prevê medidas voltadas à identificação precoce dessas condições e à promoção de acompanhamento educacional adequado.

Entre as ações previstas pela legislação destacam-se:

- A realização de avaliações para identificação das dificuldades de aprendizagem;
- O acompanhamento pedagógico específico;
- A integração entre escola, família e serviços de saúde.

A lei reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar no acompanhamento dos estudantes, reconhecendo que as dificuldades de aprendizagem podem demandar estratégias educacionais diferenciadas.



3.7 Implicações para as instituições de ensino

O conjunto das normas que compõem o marco legal da educação especial inclusiva no Brasil estabelece uma série de responsabilidades para as instituições de ensino.

Entre essas responsabilidades destacam-se:

- Garantir o acesso e a permanência na escola de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas;
- Promover adaptações pedagógicas e organizacionais que favoreçam a aprendizagem;
- Assegurar condições de acessibilidade no ambiente escolar;
- Oferecer apoio pedagógico adequado, quando necessário;
- Promover diálogo permanente com famílias e profissionais especializados.



Essas obrigações não devem ser compreendidas apenas como exigências legais, mas como parte do compromisso ético e pedagógico das instituições educacionais com a promoção de uma educação de qualidade para todos.

4.1 O papel estratégico da gestão escolar

A consolidação de práticas educacionais especiais inclusivas depende, em grande medida, da atuação da gestão escolar. Diretores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras desempenham papel central na criação das condições institucionais necessárias para que a inclusão se concretize no cotidiano da escola.

A gestão escolar não se limita à administração de recursos ou à organização burocrática da instituição. Ela envolve também a construção de uma cultura educacional baseada no respeito à diversidade, na promoção do diálogo e na valorização do desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, a inclusão escolar exige uma atuação planejada e articulada da equipe gestora, capaz de mobilizar professores, famílias e demais profissionais da escola em torno de objetivos educacionais comuns.

Cabe à gestão escolar criar condições para que os profissionais da educação possam desenvolver práticas pedagógicas adequadas à diversidade de perfis presentes nas salas de aula, garantindo ao mesmo tempo a qualidade do processo educativo e a segurança da comunidade escolar.

4.2 Planejamento institucional

A promoção da educação especial inclusiva deve estar integrada ao projeto pedagógico da escola. Não se trata de uma ação isolada ou circunstancial, mas de uma diretriz institucional que orienta o funcionamento da instituição de ensino.

O planejamento institucional deve contemplar, entre outros aspectos:

- Estratégias pedagógicas voltadas à diversidade de perfis de aprendizagem;
- Definição de procedimentos para acompanhamento de estudantes que necessitam de apoio educacional específico;
- Organização de espaços de diálogo entre professores, coordenação pedagógica e famílias;
- Elaboração de protocolos institucionais para situações que demandem acompanhamento especial.

4.3 Formação continuada dos profissionais da educação

Um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas é a formação continuada dos profissionais da educação.

Embora a legislação educacional reconheça a importância da inclusão, muitos professores relatam dificuldades para lidar com situações que envolvem estudantes com necessidades educacionais específicas, especialmente quando não tiveram oportunidade de aprofundar esses temas durante sua formação inicial.

Esses processos de formação podem envolver:

- Estudos sobre estratégias pedagógicas próprias da educação especial inclusiva,
- Discussão de casos educacionais específicos;
- Troca de experiências entre professores;
- Participação de profissionais especializados em processos formativos.

A formação continuada permite que os educadores desenvolvam maior segurança na condução das situações que emergem no cotidiano escolar.

4.4 Acompanhamento pedagógico dos estudantes

Outro aspecto fundamental da gestão escolar, em relação à educação especial inclusiva, diz respeito ao acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes.

Esse acompanhamento deve considerar não apenas o desempenho acadêmico mas também aspectos relacionados à participação do estudante nas atividades escolares, à interação com colegas e à adaptação ao ambiente educativo.

A coordenação pedagógica desempenha papel importante nesse processo, apoiando os professores na análise das dificuldades apresentadas pelos estudantes e na definição de estratégias pedagógicas adequadas.

Em alguns casos, pode ser necessário elaborar planos pedagógicos de acompanhamento, que permitam organizar intervenções educativas específicas e monitorar a evolução do estudante ao longo do tempo.

Esses planos não devem ser compreendidos como instrumentos de segregação, mas como ferramentas pedagógicas destinadas a favorecer o desenvolvimento do estudante no contexto da escola regular.

4.5 Relação entre escola e família

A parceria entre escola e família constitui um elemento essencial para o sucesso das práticas educacionais nessa área de atuação.

O acompanhamento do desenvolvimento do estudante exige diálogo constante entre os responsáveis e a equipe pedagógica, permitindo a construção de estratégias educacionais mais adequadas às necessidades da criança ou do adolescente.

A comunicação com as famílias deve ocorrer de forma clara, respeitosa e transparente. É importante que os responsáveis sejam informados sobre o desenvolvimento do estudante, sobre as estratégias pedagógicas adotadas pela escola e sobre eventuais dificuldades que possam surgir no processo educativo.

Além disso, reuniões de acompanhamento podem contribuir para fortalecer a confiança entre escola e família, favorecendo a construção de soluções conjuntas para os desafios educacionais.

4.6 Gestão de conflitos no ambiente escolar

Em determinadas situações, o contexto educacional pode envolver conflitos ou desafios relacionados ao comportamento dos estudantes, à adaptação ao ambiente escolar ou à interação com colegas.

A gestão escolar deve estar preparada para lidar com essas situações de forma equilibrada, adotando estratégias que privilegiem o diálogo, a mediação e a construção de soluções pedagógicas. Entre as medidas que podem contribuir para a gestão adequada dessas situações destacam-se:

- O registro sistemático das ocorrências;
- A análise pedagógica das circunstâncias envolvidas;
- O diálogo com os responsáveis;
- A definição de estratégias educativas que favoreçam a convivência escolar.

A adoção de protocolos institucionais para gestão de situações de risco pode auxiliar a escola na condução dessas situações, garantindo maior segurança pedagógica e institucional.

4.7 A importância de protocolos institucionais

Diante da complexidade do cenário educacional contemporâneo, torna-se cada vez mais importante que as instituições de ensino disponham de protocolos institucionais claros e definidos no Plano de Atendimento Educacional da Escola (PAEE) para orientar a atuação da equipe escolar.

Esses protocolos contribuem para:

organizar a tomada de decisões no ambiente escolar;

garantir maior transparência nas ações institucionais;

fortalecer a segurança jurídica das instituições de ensino;

promover maior coerência na atuação do AEE.

Entre os instrumentos institucionais que podem auxiliar nesse processo destacam-se:

- Registros pedagógicos estruturados;
- Planos de acompanhamento educacional;
- Reuniões formais com responsáveis;
- Fluxogramas institucionais de decisão;
- Modelos de documentos para registro de ocorrências e encaminhamentos.

A organização desses instrumentos fortalece a capacidade da escola de responder de forma responsável aos desafios trazidos por situações e eventos vivenciados no ambiente escolar que quebram a rotina pedagógica.

5.1 A complexidade das situações escolares contemporâneas

O ambiente escolar contemporâneo tem se tornado cada vez mais complexo, refletindo transformações sociais, culturais e educacionais que impactam diretamente o cotidiano das instituições de ensino.

A presença de estudantes com diferentes perfis de aprendizagem, contextos familiares variados e condições de desenvolvimento diversas exige das escolas uma atuação pedagógica sensível e estruturada.

Em determinadas circunstâncias, no entanto, podem surgir situações que demandam atenção institucional mais cuidadosa, especialmente quando determinados comportamentos ou circunstâncias passam a representar risco à integridade física, emocional ou pedagógica de estudantes e profissionais da escola.

Essas situações podem envolver, por exemplo:

- Episódios recorrentes de agressividade entre estudantes;
- Crises intensas de desregulação emocional;
- Comportamentos autolesivos;
- Situações que comprometam o funcionamento regular das atividades escolares.

Nesses contextos, a escola deve atuar de forma responsável e equilibrada, buscando conciliar o direito do estudante à educação com a necessidade de preservar a segurança e o bem-estar da comunidade escolar.

5.2 Identificação de situações que demandam acompanhamento

O primeiro passo para a gestão adequada dessas situações consiste na identificação cuidadosa dos comportamentos ou circunstâncias que demandam acompanhamento pedagógico mais estruturado e definido no Estudo de Caso e no PEI (Plano Educacional Individualizado).

Nem toda dificuldade apresentada por um estudante deve ser interpretada como situação de risco. Muitas vezes, comportamentos considerados desafiadores fazem parte do próprio processo de desenvolvimento infantil ou podem estar relacionados a fatores contextuais, emocionais ou pedagógicos.

Por essa razão, é fundamental que a equipe escolar realize uma análise cuidadosa das situações observadas, considerando aspectos como:

- Frequência dos comportamentos;
- Intensidade das ocorrências;
- Contexto em que as situações se manifestam;
- Impacto sobre o ambiente escolar.

Essa análise deve envolver professores, coordenação pedagógica e, quando necessário, outros profissionais da escola.



5.3 A importância do registro pedagógico

Um dos instrumentos mais importantes para a gestão de situações complexas no ambiente escolar é o registro pedagógico.

Os registros permitem que a escola organize informações sobre as ocorrências observadas, possibilitando uma análise mais consistente das situações e subsidiando a tomada de decisões institucionais.

Para que sejam efetivos, os registros devem apresentar algumas características fundamentais:

- Descrição objetiva dos fatos;
- Indicação da data, horário e local da ocorrência;
- Identificação das pessoas envolvidas;
- Registro das medidas adotadas pela equipe escolar.

É importante evitar, nos registros institucionais, expressões que possam representar julgamentos ou interpretações subjetivas. O foco deve estar na descrição factual das situações observadas.

Além de contribuir para o acompanhamento pedagógico do estudante, os registros também fortalecem a segurança institucional da escola em eventuais situações de questionamento por parte de responsáveis ou órgãos externos.

5.4 Diálogo com a família

Sempre que situações recorrentes forem identificadas no ambiente escolar, torna-se fundamental promover o diálogo com a família do estudante.

A comunicação com os responsáveis deve ser conduzida de forma respeitosa, transparente e colaborativa, buscando construir uma compreensão compartilhada sobre as situações observadas e as estratégias de acompanhamento que podem ser adotadas.

Durante essas reuniões, a escola pode apresentar:

- Os registros pedagógicos realizados;
- As estratégias educativas já adotadas pela equipe escolar;
- Possíveis encaminhamentos para acompanhamento especializado, quando necessário.

Sabemos que tais reuniões são, muitas vezes, tensas e requerem muito equilíbrio de quem as conduz. Por isso, é muito importante que essas reuniões sejam formalmente registradas, por meio de atas ou termos de ciência, de modo a documentar os encaminhamentos acordados entre escola e família, e tenham a presença não de um profissional mas da equipe educacional que atua na área.

5.5 Elaboração de planos de intervenção pedagógica

Em alguns casos, pode ser necessário desenvolver planos pedagógicos de intervenção, definidos pelo AEE e no PEI e destinados a organizar estratégias educativas específicas para o acompanhamento do estudante.

Esses planos podem incluir, por exemplo:

- A adaptação de estratégias pedagógicas;
- Acompanhamento mais próximo da equipe pedagógica;
- Reorganização de determinadas atividades escolares;
- Diálogo contínuo com a família.

O objetivo desses planos não é punir o estudante, mas criar condições pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento e sua participação no ambiente escolar.

A elaboração de planos de intervenção também permite que a escola acompanhe de forma sistemática a evolução da situação, realizando ajustes nas estratégias adotadas sempre que necessário.

5.6 Monitoramento e reavaliação das estratégias

A gestão de situações de risco no ambiente escolar exige acompanhamento contínuo por parte do AEE em conjunto com a equipe pedagógica.

Após a implementação de estratégias de intervenção, torna-se importante monitorar a evolução do estudante, observando se as medidas adotadas estão contribuindo para a melhoria da situação.

Esse acompanhamento pode envolver:

- Novas observações em sala de aula;
- Reuniões periódicas entre professores, AEE e coordenação pedagógica;
- Encontros de acompanhamento com os responsáveis.

A reavaliação periódica das estratégias permite que a escola ajuste suas ações de acordo com as necessidades identificadas.

5.7 Articulação com a rede de proteção

Em situações mais complexas, pode ser necessário estabelecer diálogo com instituições que integram a rede de proteção à infância e adolescência.

Entre os órgãos que podem atuar nesse contexto destacam-se:

- Conselho Tutelar;
- Serviços de saúde;
- Profissionais especializados;
- Ministério Público, em situações excepcionais.

A atuação conjunta entre escola, família e rede de proteção pode contribuir para a construção de soluções mais abrangentes e eficazes para as situações enfrentadas.

É importante ressaltar que o acionamento desses órgãos deve ocorrer de forma responsável e muito bem fundamentada pela escola.

5.8 A importância de protocolos institucionais

Diante da complexidade das situações que podem surgir no ambiente escolar, torna-se fundamental que as instituições de ensino disponham de protocolos institucionais claros para orientar a atuação da equipe escolar.

Esses protocolos permitem:

- Organizar os procedimentos adotados pela escola;
- Garantir maior coerência nas decisões institucionais;
- Fortalecer a segurança jurídica da instituição;
- Oferecer maior transparência nas relações com famílias e órgãos externos.

A adoção de protocolos institucionais contribui para que a escola possa lidar com situações sensíveis de forma responsável, equilibrada e alinhada com os princípios da educação inclusiva.

6.1 A responsabilidade compartilhada pela proteção da criança e do adolescente

A proteção integral da criança e do adolescente constitui princípio fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade e à convivência familiar e comunitária.

Nesse contexto, as instituições de ensino desempenham papel relevante na promoção e na proteção desses direitos. A escola é frequentemente o espaço social no qual diferentes aspectos do desenvolvimento da criança se tornam mais visíveis, permitindo identificar situações que podem exigir atenção especial ou acompanhamento mais estruturado.

Entretanto é importante reconhecer que a responsabilidade pela proteção das crianças e adolescentes não recai exclusivamente sobre a escola. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada entre diferentes atores sociais, incluindo a família, os serviços públicos e os órgãos integrantes da rede de proteção. Por isso, é fundamental que a escola deixe bem claro perante a comunidade escolar seu papel nesse contexto e os limites de sua responsabilidade.

Assim, quando determinadas situações ultrapassam o âmbito estritamente pedagógico, torna-se necessário estabelecer diálogo com outras instituições responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente.

6.2 O papel da escola na identificação de situações de risco

A escola ocupa posição estratégica na identificação de situações que podem indicar vulnerabilidade ou risco para crianças e adolescentes.

Entre as situações que podem demandar atenção institucional destacam-se:

- Sinais de negligência ou abandono;
- Ausência reiterada de acompanhamento familiar;
- Comportamentos que possam indicar sofrimento emocional significativo;
- Situações que representem risco à integridade física ou psicológica do estudante ou de outras pessoas.

Nesses casos, a atuação da escola deve ser pautada pela responsabilidade institucional e pelo compromisso com a proteção do estudante. O primeiro passo consiste na observação cuidadosa das situações e na realização de registros pedagógicos adequados, que permitam documentar os fatos observados e subsidiar eventuais encaminhamentos.

6.3 Conselho Tutelar: atribuições e possibilidades de atuação

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Sua atuação está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece suas atribuições na aplicação de medidas de proteção sempre que houver ameaça ou violação de direitos.

As instituições de ensino podem recorrer ao Conselho Tutelar em situações nas quais se verifique:

- Negligência ou omissão da família em relação às necessidades do estudante;
- Recusa reiterada dos responsáveis em comparecer às reuniões escolares;
- Ausência de acompanhamento necessário ao desenvolvimento da criança;
- Situações que indiquem possível violação de direitos.

O Conselho Tutelar possui competência para adotar medidas de proteção que podem incluir orientação à família, encaminhamento a serviços públicos e acompanhamento da situação.

6.4 Ministério Público e situações excepcionais

Em determinadas circunstâncias, pode ser necessário envolver o Ministério Público, especialmente quando houver indícios de violação grave de direitos ou quando as medidas adotadas pela escola e pelo Conselho Tutelar não forem suficientes para solucionar a situação.

O Ministério Público atua como instituição responsável pela defesa dos interesses da sociedade e pela garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

O encaminhamento ao Ministério Público deve ocorrer de forma criteriosa e muito bem fundamentada, sempre baseado em registros institucionais consistentes e na avaliação das circunstâncias envolvidas.

6.5 A importância da documentação institucional

A documentação adequada das situações observadas no ambiente escolar constitui elemento fundamental para a segurança institucional da escola.

Registros pedagógicos bem elaborados permitem que a instituição demonstre de forma clara:

- Os fatos observados;
- As medidas adotadas pela equipe escolar;
- Os diálogos realizados com a família;
- Os encaminhamentos eventualmente realizados.

Esses registros não apenas contribuem para o acompanhamento pedagógico do estudante, como também podem servir de referência em eventuais procedimentos administrativos ou judiciais.

Por essa razão, recomenda-se que as escolas desenvolvam procedimentos institucionais para organização e arquivamento desses documentos, garantindo sua confidencialidade e integridade.

6.6 O papel da consultoria jurídica

Em situações que envolvam maior complexidade institucional ou possíveis conflitos com responsáveis, torna-se recomendável que a escola busque orientação jurídica especializada.

As instituições filiadas ao SINEPE-PE podem recorrer à consultoria jurídica do sindicato para análise de situações específicas e orientação quanto às medidas mais adequadas a serem adotadas.

A orientação jurídica contribui para que as decisões institucionais sejam tomadas de forma segura, alinhada com a legislação educacional e com os princípios que orientam a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

6.7 Diálogo institucional e construção de soluções

A articulação entre escola, família e rede de proteção deve sempre buscar a construção de soluções que favoreçam o desenvolvimento do estudante e a preservação de um ambiente escolar saudável.

Sempre que possível, recomenda-se privilegiar o diálogo, a mediação e a construção de estratégias conjuntas que permitam enfrentar as situações identificadas de forma colaborativa.

A atuação institucional baseada no respeito, na responsabilidade e na cooperação entre os diferentes atores sociais contribui para fortalecer o papel da escola como espaço de promoção do desenvolvimento humano e de garantia do direito à educação.



7.1 A importância da segurança institucional

A atuação das instituições de ensino no campo da educação especial inclusiva envolve não apenas desafios pedagógicos, mas também responsabilidades institucionais e jurídicas. A escola precisa tomar decisões que conciliem diferentes princípios: o direito do estudante à educação, a promoção da inclusão e a preservação de um ambiente escolar seguro para toda a comunidade.

Nesse contexto, torna-se fundamental que as escolas adotem práticas institucionais que fortaleçam sua segurança jurídica. A chamada “segurança institucional” não se refere à adoção de medidas defensivas ou burocráticas, mas à organização de procedimentos claros, transparentes e devidamente documentados.

Quando a escola atua com planejamento, registros adequados e comunicação estruturada com as famílias, reduz significativamente o risco de conflitos e garante maior segurança para a equipe pedagógica na tomada de decisões.

7.2 Registros institucionais como instrumento de proteção

Um dos principais elementos de proteção institucional das escolas é a manutenção de registros adequados das situações que ocorrem no ambiente escolar.

Os registros pedagógicos permitem documentar:

- Ocorrências relevantes envolvendo estudantes;
- Estratégias pedagógicas adotadas pela equipe escolar;
- Reuniões realizadas com responsáveis;
- Orientações e encaminhamentos sugeridos pela escola.

Esses registros não devem ser compreendidos apenas como instrumentos administrativos. Eles constituem ferramentas importantes para o acompanhamento pedagógico dos estudantes e para a construção de uma memória institucional das ações desenvolvidas pela escola que poderão ser decisivas quando forem dialogar com instâncias e órgãos relacionados à rede de proteção.

Por isso mesmo, em eventuais situações de questionamento por parte de responsáveis ou de órgãos externos, a existência de registros claros e objetivos permite demonstrar que a instituição atuou de forma responsável e alinhada com suas atribuições educacionais.

Outro aspecto fundamental para a segurança institucional diz respeito à linguagem utilizada nos documentos produzidos pela escola.

Os registros devem sempre adotar uma linguagem: objetiva, respeitosa, descritiva, isenta de julgamentos ou interpretações subjetivas.

Em vez de utilizar expressões que atribuam intenções ou diagnósticos ao estudante, recomenda-se registrar apenas os comportamentos observados e as circunstâncias em que ocorreram.

Por exemplo, em vez de afirmar que o estudante “apresenta comportamento agressivo”, é mais adequado registrar que “o estudante empurrou um colega durante a atividade realizada em sala de aula”.

Esse tipo de abordagem contribui para que os registros institucionais mantenham caráter técnico e pedagógico, evitando interpretações equivocadas.

7.3 Reuniões com responsáveis e formalização de encaminhamentos

As reuniões com responsáveis constituem um dos instrumentos mais importantes de comunicação entre escola e família.

Quando situações específicas relacionadas ao desenvolvimento ou ao comportamento de um estudante são identificadas, recomenda-se que a escola convoque os responsáveis para reuniões de acompanhamento.

Durante esses encontros, a equipe escolar pode:

- Apresentar as observações realizadas no ambiente escolar;
- Compartilhar as estratégias pedagógicas adotadas;
- Discutir possíveis encaminhamentos para acompanhamento especializado, quando necessário.

É muito importante que essas reuniões sejam formalmente registradas, por meio de atas ou termos de ciência assinados pelos participantes.

A formalização dos encaminhamentos permite garantir maior clareza nas decisões tomadas e fortalece a transparência na relação entre escola e família.

7.4 Arquivamento e organização documental

A organização adequada da documentação institucional constitui elemento essencial para a segurança administrativa das escolas.

Os registros relacionados ao acompanhamento de estudantes devem ser arquivados de forma sistemática e segura, garantindo: confidencialidade das informações, preservação da integridade dos documentos, dentro dos princípios da LPCD, bem como facilidade de acesso, quando necessário.

FLUXO INSTITUCIONAL DE DECISÃO EM SITUAÇÕES SENSÍVEIS

8

8.1 A importância de fluxos institucionais claros

A gestão escolar contemporânea envolve a tomada de decisões em situações complexas que exigem equilíbrio entre diferentes responsabilidades institucionais. Em contextos que envolvem inclusão escolar, comportamento de estudantes ou possíveis situações de risco, decisões precipitadas ou desorganizadas podem gerar conflitos desnecessários e insegurança institucional.

Por essa razão, torna-se fundamental que as instituições de ensino estabeleçam fluxos institucionais de decisão, capazes de orientar a atuação da equipe pedagógica diante de situações que demandem atenção especial.

Esses fluxos funcionam como instrumentos de organização institucional, permitindo que professores, coordenadores e gestores saibam quais procedimentos devem ser adotados em cada etapa do acompanhamento de um estudante.

Além disso, a existência de fluxos institucionais contribui para:

- Garantir maior coerência nas decisões da escola;
- Fortalecer a segurança pedagógica e jurídica da instituição;
- Assegurar transparência na comunicação com famílias;
- Organizar registros e encaminhamentos.

8.2 ETAPA 1 | Identificação da situação

O fluxo institucional geralmente tem início quando um professor, auxiliar de sala ou outro profissional da escola identifica comportamentos ou situações que demandam atenção pedagógica.

Essas situações podem incluir:

- Dificuldades significativas de adaptação ao ambiente escolar;
- Comportamentos que geram conflitos recorrentes com colegas;
- Episódios de desregulação emocional intensa;
- Situações que possam representar risco para o estudante ou para outras pessoas.

Nesse momento inicial, é importante que o profissional registre de forma objetiva o ocorrido, descrevendo os fatos observados e as circunstâncias em que ocorreram.

8.3 ETAPA 2 | Registro pedagógico

Após a identificação da situação, recomenda-se que o profissional responsável pelo caso realize o registro pedagógico da ocorrência.

Esse registro deve conter informações como:

- Data e horário da ocorrência;
- Local em que a situação ocorreu;
- Descrição objetiva dos fatos observados;
- Medidas adotadas no momento da situação.

O registro pedagógico permite que a escola acompanhe a evolução da situação ao longo do tempo e organize informações que poderão subsidiar decisões posteriores.

8.4 ETAPA 3 | Comunicação à coordenação pedagógica

Situações que demandem acompanhamento, o AEE deve comunicar à coordenação pedagógica ou à direção da escola.

A equipe gestora poderá avaliar:

- A frequência das ocorrências;
- O contexto em que as situações se manifestam;
- O impacto sobre o funcionamento das atividades escolares.

Essa análise permite definir se a situação exige apenas acompanhamento pedagógico interno ou se será necessário adotar medidas institucionais mais estruturadas.

8.5 ETAPA 4 | Reunião bem documentada com a família

Quando as situações identificadas se mostram recorrentes ou apresentam maior complexidade, recomenda-se que a escola convoque os responsáveis para uma reunião de acompanhamento. Nesta ocasião, percebendo a gravidade da situação ou mesmo a irredutibilidade dos responsáveis pela criança ou adolescente em mudar a postura até então adotada, a equipe deve estar preparada para comunicar os passos seguintes, inclusive se vai levar a situação para a rede de proteção, por exemplo, ao Conselho Tutelar.



8.6 Fluxo institucional de decisão

De forma sintética, o fluxo institucional de decisão pode ser organizado nas seguintes etapas:

- Identificação da situação pelo AEE
- Registro pedagógico da ocorrência
- Comunicação à coordenação ou direção
- Avaliação institucional da situação
- Reunião com responsáveis
- Elaboração de Plano Educacional Individualizado (PEI)
- Monitoramento e reavaliação
- Encaminhamentos adicionais, até mesmo externos, quando necessários

A organização desse fluxo contribui para que a escola possa atuar com maior clareza e segurança diante das situações que emergem no cotidiano escolar.

MODELOS DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

9

A organização adequada dos registros pedagógicos constitui elemento fundamental para a gestão escolar e para a segurança institucional das escolas.

A documentação das situações observadas no ambiente escolar permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, registrar estratégias pedagógicas adotadas e formalizar encaminhamentos acordados com as famílias, bem como gerir procedimentos junto a agentes externos.

Os modelos apresentados a seguir têm caráter orientador e podem ser adaptados pelas instituições de ensino de acordo com seus projetos pedagógicos, suas normas internas e as diretrizes dos sistemas de ensino.



9.1 FICHA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA PEDAGÓGICA

Instituição de Ensino:

Endereço:

Telefone:

Identificação do estudante

Nome do estudante:

Turma/Série:

Idade:

Professor(a) responsável:

Data da ocorrência

Data:

Horário aproximado:

Local:

Descrição da ocorrência

(Descrever de forma objetiva e factual o que ocorreu, evitando interpretações ou julgamentos. Registrar comportamentos observados, circunstâncias e eventuais interações com outros estudantes ou profissionais.)

Providências adotadas pela escola

(Registrar as medidas adotadas no momento da ocorrência.)

- Intervenção pedagógica em sala
- Acompanhamento pelo AEE e coordenação pedagógica
- Atendimento individual ao estudante
- Comunicação à família
- Outro:

Descrição das providências:

Responsável pelo registro

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Data:

9.2 TERMO DE CIÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA

Instituição de Ensino:

Nome do estudante:

Turma/Série:

Senhores responsáveis,

A escola vem por meio deste documento registrar que, em reunião realizada na data de // , foram compartilhadas com a família observações pedagógicas relacionadas ao acompanhamento escolar do estudante acima identificado.

Durante o encontro, foram abordados os seguintes pontos:

- Descrição das situações observadas no ambiente Escolar;
- Estratégias pedagógicas adotadas pela escola;
- Orientações para acompanhamento do estudante.

A escola reafirma seu compromisso com o desenvolvimento educacional do estudante e destaca a importância da parceria entre família e instituição para a construção de um processo educativo positivo.

A família declara estar ciente das informações apresentadas e concorda em manter diálogo contínuo com a escola para acompanhamento da situação.

Local e data:

Responsável pela escola:

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Responsável pelo estudante:

Nome:

Assinatura:

9.3 PLANO PEDAGÓGICO DE ACOMPANHAMENTO DO AEE

Instituição de Ensino:

Estudante:

Turma/Série:

Período de acompanhamento:

Objetivo do plano

(Descrever o objetivo do acompanhamento pedagógico.)

Observações pedagógicas iniciais

Estratégias pedagógicas previstas

- Acompanhamento mais próximo do professor
- Apoio da coordenação pedagógica
- Apoio do AEE
- Adaptação de estratégias didáticas
- Atividades diferenciadas
- Acompanhamento socioemocional
- Outro:

Descrição das estratégias:

Forma de acompanhamento

- Reuniões periódicas da equipe pedagógica
- Diálogo sistemático com a família
- Registros pedagógicos periódicos

Período de reavaliação

O plano será reavaliado na data de: / /

Coordenação pedagógica:

Assinatura:

9.4 ATA DE REUNIÃO PEDAGÓGICA COM RESPONSÁVEIS

Instituição de Ensino:

Data da reunião:

Local:

Participantes

Representante(s) da escola:

-
-

Responsável(is) pelo estudante:

-

Pauta da reunião

- Acompanhamento pedagógico do estudante
- Discussão de estratégias educacionais
- Orientação à família
- Outros temas pertinentes

Registro da reunião

Encaminhamentos acordados

- 1.
- 2.
- 3.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, sendo lavrada a presente ata.

Assinaturas:

Representante da escola:

Responsável pelo estudante:

9.5 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL

Instituição de Ensino: Estudante:

Turma/Série:

Período de observação:

Síntese do acompanhamento pedagógico

Estratégias adotadas pela escola

Evolução observada

Recomendações pedagógicas

Considerações finais

Coordenação pedagógica:

Data: / /

Instituição de Ensino: Endereço:

Telefone:

Estudante:

Turma/Série:

Data da reunião:

Local:

Participantes

Representantes da escola:

-
-

Responsável(is) pelo estudante:

-

Contexto da reunião

A presente reunião foi convocada pela escola em razão de situações ocorridas no ambiente escolar que demandam acompanhamento pedagógico mais próximo, com o objetivo de preservar o bem-estar do estudante e da comunidade escolar.

Descrição das situações observadas

(Registrar de forma objetiva os fatos que motivaram a reunião.)

Orientações apresentadas pela escola

Encaminhamentos acordados

- Acompanhamento pedagógico sistemático do estudante
- Reuniões periódicas de acompanhamento com a família
- Avaliação por profissionais especializados (quando aplicável)
- Outras medidas pedagógicas

Descrição dos encaminhamentos:

9.6 TERMO DE REGISTRO DE REUNIÃO – SITUAÇÃO DE COMPORTAMENTO DE RISCO

(continuação da página anterior)

Compromisso de acompanhamento

A escola reafirma seu compromisso com o desenvolvimento educacional do estudante e destaca a importância da colaboração entre escola e família para a construção de soluções educativas adequadas.

Local e data:

Representante da escola:

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Responsável pelo estudante:

Nome:

Assinatura:

Instituição de Ensino:

Estudante:

Turma/Série:

Data:

Finalidade do encaminhamento

O presente documento tem como finalidade registrar a orientação pedagógica da escola no sentido de que o estudante seja avaliado por profissionais especializados, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre suas necessidades educacionais e favorecer a construção de estratégias pedagógicas adequadas.

Observações pedagógicas registradas pela escola

Estratégias já adotadas pela escola

- Acompanhamento pedagógico individualizado
- Adaptação de estratégias didáticas
- Reuniões com a família
- Acompanhamento da coordenação pedagógica
- Outras intervenções pedagógicas

Descrição:

Orientação da escola

A escola sugere que a família avalie a possibilidade de buscar orientação junto a profissionais especializados, tais como:

- Psicólogo
- Psicopedagogo
- Fonoaudiólogo
- Neuropediatra
- Outros profissionais indicados conforme a situação

O objetivo dessa avaliação é contribuir para a construção de estratégias educacionais mais adequadas ao desenvolvimento do estudante.

Declaração de ciência da família

Declaro estar ciente das orientações apresentadas pela escola.

Nome do responsável:

Assinatura:

Data: / /

9.8 FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PERIÓDICO

Instituição de Ensino:

Estudante: Turma/Série:

Período de acompanhamento:

1. Aspectos pedagógicos observados

- Participação nas atividades
- Interação com colegas
- Organização das tarefas
- Atenção e concentração
- Comportamento em sala

Observações:

2. Estratégias pedagógicas utilizadas

- Apoio individualizado do professor
- Atividades adaptadas
- Acompanhamento do AEE e da coordenação pedagógica
- Mediação de conflitos
- Outras intervenções pedagógicas

Descrição:

3. Evolução observada no período

4. Recomendações pedagógicas

5. Encaminhamentos

- Continuidade do acompanhamento
- Reunião com a família
- Revisão das estratégias pedagógicas
- Outros encaminhamentos

Descrição:

Professor(a) responsável:

Professor de AEE

Coordenação pedagógica:

Data: / /

Instituição de Ensino:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Ao Conselho Tutelar da região de:

Assunto: Comunicação de situação envolvendo estudante Prezados Conselheiros,

A instituição de ensino abaixo identificada vem, respeitosamente, comunicar a esse Conselho Tutelar situação relacionada ao acompanhamento educacional do estudante abaixo identificado, com o objetivo de solicitar orientação e eventual acompanhamento por parte desse órgão de proteção.

Estudante:

Nome:

Data de nascimento:

Turma/Série:

Responsáveis legais:

1. Contexto da comunicação

A escola tem realizado acompanhamento pedagógico do estudante em razão de situações observadas no ambiente escolar que demandam atenção e diálogo com a família.

Desde então, a instituição tem buscado estabelecer diálogo com os responsáveis, tendo realizado os seguintes procedimentos:

- Registros pedagógicos das ocorrências observadas;
- Convocações formais para reuniões com a família;
- Apresentação de orientações e encaminhamentos pedagógicos.

2. Situação atual

Apesar das tentativas de acompanhamento e diálogo realizadas pela escola, a situação permanece sem encaminhamento adequado, o que tem gerado preocupação em relação ao processo educacional e ao desenvolvimento do estudante.

(Continuação da página anterior)

3. Solicitação

Diante do exposto, a escola encaminha o presente relato a esse Conselho Tutelar, com o objetivo de solicitar orientação e eventual acompanhamento da situação, conforme as atribuições legais desse órgão.

A instituição permanece à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Local e data:

Direção da escola:

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo da instituição

CHECKLIST INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR

10

A implementação de práticas educacionais inclusivas exige planejamento institucional, formação continuada das equipes escolares e organização de procedimentos que favoreçam o acompanhamento dos estudantes.

O checklist apresentado a seguir pode ser utilizado pelos gestores escolares como instrumento de autoavaliação institucional, auxiliando na identificação de aspectos que podem ser fortalecidos no processo de inclusão escolar.



10.1 Planejamento institucional

- ☐ A escola possui diretrizes institucionais voltadas à educação especial inclusiva.
- ☐ O projeto político-pedagógico contempla princípios e práticas de inclusão.
- ☐ Existem protocolos institucionais para acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas.
- ☐ A escola tem Plano de Atendimento Educacional – PAEE
- ☐ O AEE tem Plano Educacional Individual dos estudantes
- ☐ A escola mantém registros pedagógicos estruturados sobre o desenvolvimento dos estudantes.
- ☐ A equipe gestora acompanha sistematicamente as situações que demandam atenção pedagógica especial.

10.2 Formação da equipe escolar

- ☐ Professores participam de atividades de formação continuada sobre educação especial inclusiva.
- ☐ A escola promove espaços de reflexão pedagógica sobre práticas inclusivas.
- ☐ A equipe pedagógica discute regularmente casos educacionais que exigem acompanhamento específico.
- ☐ Professores têm acesso a orientações pedagógicas sobre estratégias de ensino inclusivas.

10.3 Acompanhamento pedagógico

- ☐ A escola realiza acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes.
- ☐ Existem planos pedagógicos de acompanhamento quando necessário
- ☐ A coordenação pedagógica participa da análise das situações que envolvem dificuldades de aprendizagem ou comportamento.
- ☐ O progresso dos estudantes é monitorado por meio de registros pedagógicos periódicos.

10.4 Relação com as famílias

- ☐ A escola mantém canais de comunicação permanentes com os responsáveis.
- ☐ Reuniões pedagógicas com famílias são realizadas quando necessário.
- ☐ A escola registra formalmente orientações e encaminhamentos discutidos com responsáveis.
- ☐ A instituição promove diálogo construtivo com as famílias sobre o desenvolvimento dos estudantes.

10.5 Ambiente escolar e convivência

- ☐ A escola promove uma cultura institucional baseada no respeito à diversidade.
- ☐ Existem estratégias de mediação de conflitos no ambiente escolar.
- ☐ A equipe escolar está preparada para lidar com situações desafiadoras envolvendo estudantes.
- ☐ A escola adota medidas preventivas para promover um ambiente escolar seguro e acolhedor.

O checklist institucional pode ser utilizado periodicamente pela equipe gestora como ferramenta de avaliação e planejamento, contribuindo para o fortalecimento das práticas educacionais inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma escola inclusiva, sob todos os aspectos, exige compromisso coletivo, planejamento institucional e sensibilidade pedagógica.

A educação especial inclusiva não se limita à garantia de acesso de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas ao ambiente escolar.

Ela envolve a construção de práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade humana e promover o desenvolvimento de todos os estudantes.

Nesse processo, nunca é demais insistir que cabe às equipes gestoras organizar procedimentos institucionais, fortalecer a formação dos profissionais da educação, promover o diálogo com as famílias e desenvolver estratégias que garantam um ambiente escolar seguro e acolhedor.

Enfim, esse guia foi elaborado com o propósito de apoiar gestores escolares nesse desafio, oferecendo referências pedagógicas, fundamentos jurídicos e instrumentos institucionais que possam contribuir para a condução responsável das situações que emergem no cotidiano das escolas.

Mais do que um conjunto de orientações normativas, este material busca constituir-se em instrumento de reflexão e apoio à tomada de decisões, contribuindo para o fortalecimento de práticas educacionais comprometidas com a educação especial inclusiva, com a qualidade da educação e com o respeito à diversidade.

Oxalá tenhamos atingido nosso objetivo!

SINEPE-PE DIREÇÃO EXECUTIVA

1. CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CAEER | RECIFE

RUA CONSELHEIRO NABUCO, S/N – CASA AMARELA – RECIFE/PE

CEP: 52.171-011

☎ SECRETARIA (81) 3181.4701 – 3181.4700 – 9.9872.7760

✉ caeerecife2020@gmail.com

CAEER | CARUARU

AV. CÍCERO JOSÉ DUTRA, S/N – PETRÓPOLIS – CARUARU/PE

CEP: 55.030-240

☎ (81) 9.8384.4009

CAEEL | LIMOEIRO

ESTRADA DO CUMBE, LADEIRA VERMELHA, S/N, VERTENTES

LIMOEIRO/PE – CEP: 55.700-000

☎ (81) 3628.8629

CAEEA | ARCOVERDE

ESTRADA DO CUMBE, LADEIRA VERMELHA, S/N, VERTENTES

LIMOEIRO/PE – CEP: 55.700-000

☎ (81) 3628.8629

CAEEG | GARANHUNS

AV. JÚLIO BRASILEIRO, Nº 924 – HELIÓPOLIS – GARANHUNS/PE

CEP: 55.295-300

☎ (87) 3761.8440

2. CENTRO EDUCACIONAL INCLUSIVO ULISSES PERNAMBUCANO

CEIUP | RECIFE

RUA GOUVEIA DE BARROS, Nº 189 – SANTO AMARO – RECIFE/PE

CEP: 50.100-030

☎ (81) 3181.2815

✉ ceiupseduc22@gmail.com

3. ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚTIPLA

APAE | RECIFE

ESTRADA DO ARRAIAL, Nº 4754 – CASA AMARELA – RECIFE/PE

CEP: 52.070-230

☎ (81) 4101.0010 | 📞 9.9834.0015

✉ apaerecife@gmail.com

4. CENTRO DE REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO CRIANÇA E JOVEM

CERVAC | RECIFE

PRAÇA MORRO DA CONCEIÇÃO, Nº 211 – MORRO DA CONCEIÇÃO

RECIFE/PE – CEP: 52.280-040

☎ (81) 3268.8527 | FINANCEIRO 3076.0554 | 📞 9.9819.5771

✉ cervac@cervac.com.br

5. CENTRO TEA | PREFEITURA DO RECIFE

ARRUDA

RUA JAIME DE AMORIM DE FARIAS, S/N – ARRUDA – RECIFE /PE
CEP: 52.120-250

IBURA

RUA SIZENANDO COSTA REGO, S/N – IBURA – RECIFE/PE
CEP: 51.230-000

MADALENA

RUA JOÃO BATISTA DE SOUZA, Nº 50 – MADALENA – RECIFE/PE
CEP: 50.710-000

MUSTARDINHA

RUA MAJOR MÁRIO PORTELA, Nº 279 – MUSTARDINHA – RECIFE/PE
CEP: 50.760-090

6. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DO RECIFE: PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO

RUA DIANÓPOLIS, Nº 95 – CORDEIRO – RECIFE/PE – CEP: 50.711-130
☎ (81) 3453.5979 – 4328 – 9.9488.6456

7. NÚCLEO REGIONAL DE PERNAMBUCO: AÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, FOCO NA INCLUSÃO

APABB

RUA ITACARÉ, Nº 137 – IMBIREIBEIRA – RECIFE/PE – CEP: 51.200-100
☎ (81) 3132.8484
📞 ADM – 9.9793.0000 | SERVIÇO SOCIAL – 9.9985.2623
✉ apabb_pe@apabb.org.br; gerencia_pe@apabb.org.br;
ssocial_pe@apabb.org.br



WWW.SINEPE-PE.ORG.BR



AV. AGAMENON MAGALHÃES, 2764 – SALAS 903/904
EMPRESARIAL ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE GALVÃO
ESPINHEIRO – RECIFE-PE